



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO DEZ (Aberto)

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 19/01/2018 PAGINA 1

SUBTÍTULO 26412 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO SUL DE MG - AUTARQUIA

ORGAO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
<b>Receitas Orçamentárias</b>	<b>4.598.136,32</b>	<b>3.924.211,71</b>	<b>Despesas Orçamentárias</b>	<b>285.147.982,04</b>	<b>259.301.134,56</b>
<b>Ordinárias</b>	<b>92.819,58</b>	<b>83.846,64</b>	<b>Ordinárias</b>	<b>83.355.124,49</b>	<b>60.691.586,34</b>
<b>Vinculadas</b>	<b>4.854.330,16</b>	<b>3.886.417,13</b>	<b>Vinculadas</b>	<b>201.792.857,55</b>	<b>198.609.548,22</b>
Educação	99.011,04	56.764,49	Educação	194.038.249,15	168.437.554,99
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	4.755.319,12	3.829.652,64	Seguridade Social (Exceto RGPS)	674.326,78	25.237.723,77
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-349.013,42	-46.052,06	Operação de Crédito	730.461,10	
			Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	3.147.891,47	3.260.897,55
			Outros Recursos Vinculados a Fundos	3.201.929,05	1.673.371,91
<b>Transferências Financeiras Recebidas</b>	<b>341.562.622,26</b>	<b>317.794.189,36</b>	<b>Transferências Financeiras Concedidas</b>	<b>56.276.014,47</b>	<b>57.747.871,10</b>
Resultantes da Execução Orçamentária	294.236.439,64	265.734.058,47	Resultantes da Execução Orçamentária	39.629.820,03	39.424.326,83
Repasse Recebido	254.632.752,48	226.475.357,01	Repasse Concedido	26.132,87	165.625,37
Sub-repasse Recebido	39.603.687,16	39.258.701,46	Sub-repasse Concedido	39.603.687,16	39.258.701,46
Independentes da Execução Orçamentária	47.326.182,62	52.060.130,89	Independentes da Execução Orçamentária	16.646.194,44	18.323.544,27
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	45.356.249,83	49.936.020,50	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	16.133.028,15	18.182.933,14
Demais Transferências Recebidas		258.717,99	Movimento de Saldos Patrimoniais	513.166,29	140.611,13
Movimentação de Saldos Patrimoniais	1.969.932,79	1.865.392,40	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-			
<b>Recebimentos Extraorçamentários</b>	<b>27.541.325,73</b>	<b>29.326.094,72</b>	<b>Despesas Extraorçamentárias</b>	<b>30.311.579,89</b>	<b>35.491.289,90</b>
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	1.358.880,95	1.764.627,86	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	1.867.820,93	11.602.369,11
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	25.901.074,54	27.083.399,95	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	28.162.388,72	23.410.853,88
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	281.370,24	478.066,91	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	281.370,24	478.066,91
Outros Recebimentos Extraorçamentários	-	-	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
<b>Saldo do Exercício Anterior</b>	<b>5.509.412,42</b>	<b>7.005.212,19</b>	<b>Saldo para o Exercício Seguinte</b>	<b>7.475.920,33</b>	<b>5.509.412,42</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	5.509.412,42	7.005.212,19	Caixa e Equivalentes de Caixa	7.475.920,33	5.509.412,42
<b>TOTAL</b>	<b>379.211.496,73</b>	<b>358.049.707,98</b>	<b>TOTAL</b>	<b>379.211.496,73</b>	<b>358.049.707,98</b>

## **1- Estrutura institucional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais**

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais, instituição criada nos termos da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, doravante denominada IFSULDEMINAS, vinculado ao Ministério da Educação, possui natureza jurídica de autarquia, sendo detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático pedagógica e disciplinar.

O IFSULDEMINAS é domiciliado na sede da Reitoria, situada na Avenida Vicente Simões, nº 1.111, Bairro Nova Pousa Alegre, CEP 37.553-465, na cidade de Pousa Alegre, Minas Gerais.

O IFSULDEMINAS é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com sua prática pedagógica e tem como sedes para fins da legislação educacional as seguintes unidades:

- a) Reitoria, sediada no endereço acima.
- b) Campus Inconfidentes, Praça Tiradentes, nº 416, Centro - CEP 37.576-000.
- c) Campus Machado, Rodovia Machado Paraguaçu, km 3, Santo Antônio - CEP 37.750-000.
- d) Campus Muzambinho, Estrada de Muzambinho, km 35, Morro Preto, Cx. Postal 02 - CEP: 37.890-000.
- e) Campus Passos, Rua Mario Ribola, nº 409, Penha II - CEP: 37.903-358.
- f) Campus Poços de Caldas, Avenida Dirce Pereira Rosa, nº 300, Jardim Esperança - CEP 37.713-100.
- g) Campus Pousa Alegre, Avenida Maria da Conceição Santos, nº 900, Bairro Parque Real - CEP 37.560-260.
- h) Campus Avançado Carmo de Minas, Al. Murilo Eugênio Rubião, s/nº, Bairro Chacrinha - CEP 37.472-000.
- i) Campus Avançado Três Corações, R. Coronel Edgar Cavalcanti de Albuquerque, nº 61, Chácara das Rosas - CEP 37.410-000.

A instituição originou-se a partir da fusão de três antigas escolas agrotécnicas, localizadas nos municípios de Inconfidentes/MG, Machado/MG e Muzambinho/MG.

Essas três unidades tornaram-se *campi*, formando uma só instituição e assumindo um novo compromisso: o desenvolvimento regional por meio da excelência na educação profissional e tecnológica.

Para expandir sua atuação, foram instalados três novos *campi* nas cidades de Passos/MG, Poços de Caldas/MG e Pousa Alegre/MG. Em 2013, o IFSULDEMINAS inaugurou uma nova etapa de sua expansão com a criação de *campi* avançados nos municípios de Carmo de Minas/MG e Três Corações/MG. Além dessa estrutura, também possui polos de rede em diversos municípios do Sul de Minas Gerais.

Esses polos são instalados em parceria com as prefeituras, para a oferta de cursos a distância.

## **2- Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis**

As Demonstrações Contábeis Consolidadas do Instituto Federal de Educação do Sul de Minas Gerais IFSULDEMINAS, são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto - Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI.

Elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), as Demonstrações Contábeis consolidam as contas dos *campi*: Inconfidentes, Machado, Muzambinho, Passos, Poços de Caldas, Pouso Alegre e Reitoria.

O objetivo principal das demonstrações contábeis é fornecer, aos diversos usuários, informações sobre a situação econômico-financeira da entidade, quais sejam: a sua situação patrimonial, o seu desempenho e os seus fluxos de caixa, em determinado período ou exercício financeiro.

As estruturas e a composição das DCON estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras (doravante modelo PCASP). Dessa forma, as DCON são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF);
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC); e
- VI. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL).

O uso do conceito de conta única, derivado do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986), exige que todas as receitas e as despesas, orçamentárias e extraorçamentárias, sejam controladas em um único caixa. Dessa forma, no BF, os saldos oriundos do exercício anterior e os destinados ao exercício seguinte estão concentrados no grupo Caixa e Equivalentes de Caixa.

### **2.1 Consolidação das demonstrações contábeis**

A União, administração centralizada do Governo Federal, adota a metodologia de Consolidação das Demonstrações Contábeis, no momento da escrituração contábil, por meio dos critérios de compensação e de exclusão de itens das demonstrações que compensam ou eliminam, respectivamente, as transações realizadas entre as entidades que compõem o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social - OFSS, ente econômico denominado União, e do qual o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais faz

parte.

No Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP, essas operações são realizadas a partir da identificação das contas contábeis que possuem o quinto nível igual a [2] – Intra – OFSS. As regras de compensação são aplicadas às demonstrações: BP; BF; DVP; e DFC. Na DMPL, apesar de serem exibidos os valores consolidados nos grupos que compõem o patrimônio líquido, não são aplicadas regras de consolidação.

Em relação à consolidação do BF e da DFC, faz-se necessário um especial destaque em relação aos saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa quando comparados os saldos dessas demonstrações com os apresentados no BP. Os saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa do BF e da DFC são apresentados sem consolidação, enquanto que no BP ocorre a apresentação do valor consolidado, isto é, com a compensação entre ativos e passivos de quinto nível 2 – Intra.

Isso decorre da dificuldade de segregação dos fluxos exibidos no BF e na DFC, em relação às operações de natureza “Intra”, visto que a lógica de consolidação do modelo PCASP é de saldo de contas e não de fluxos financeiros.

## **2.2 Conta Única do Governo Federal**

Outro aspecto relevante associado às práticas e políticas contábeis, refere-se à execução financeira, tanto no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais quanto nos demais órgãos públicos federais. Por força do Decreto nº 93.872/1986, todas as receitas e despesas, orçamentárias e extraorçamentárias, isto é, todos os recebimentos e pagamentos são realizados e controlados em um caixa único, derivado do princípio da unidade de tesouraria, denominado **Conta Única**, mantida no Banco Central do Brasil e gerenciada pela Secretaria do Tesouro Nacional.

## **2.3 Ajustes de Exercícios Anteriores**

Há que se ressaltar também a prática contábil utilizada que se denomina Ajustes de Exercícios Anteriores. Esses ajustes compõem a linha de Resultados Acumulados do BP (também composta pelo Resultado do Exercício e pelos Resultados de Exercícios anteriores), que recebem registros tanto positivos quanto diminutivos que afetam diretamente o Patrimônio Líquido do órgão, isto é, sem transitar pelas contas de resultado, por se referir a exercícios encerrados. Cabe destacar que as contas de Ajustes de Exercícios Anteriores têm a finalidade de registrar os efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercício anterior que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

## **2.4 Recursos orçamentários x recursos financeiros**

Na Contabilidade Pública, recursos orçamentários e recursos financeiros são figuras distintas.

O “orçamento público é o instrumento pelo qual o governo estima as receitas e fixa as despesas para poder controlar as finanças públicas e executar as ações governamentais”. (<http://www.transparencia.gov.br/glossario/>)

Os recursos financeiros decorrem da arrecadação das receitas (tributos) pelos entes públicos. A estimativa das receitas e das despesas é feita com base no comportamento da arrecadação ocorrida em exercícios anteriores. A previsão e a utilização de recursos públicos dependem de autorização legislativa, isto é, de uma lei, a denominada Lei Orçamentária Anual (LOA).

Para maior entendimento, “pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual (LOA). Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando atender a realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento. A execução orçamentária está atrelada à execução financeira e vice-versa, pois havendo orçamento e não existindo o financeiro, não poderá ocorrer a despesa e por outro lado, pode haver recurso financeiro que não poderá ser gasto, caso não haja disponibilidade orçamentária”. (<http://www.conass.org.br>)

Assim, mesmo estando a despesa fixada no orçamento, a sua execução está condicionada à arrecadação das receitas no decorrer do exercício financeiro. Havendo frustração na arrecadação das receitas, o governo precisa conter a execução orçamentária, ou seja, reduzir a emissão de empenhos (créditos orçamentários). A “despesa pública é a aplicação (em dinheiro) de recursos do Estado para custear os serviços de ordem pública ou para investir no próprio desenvolvimento econômico do Estado. É o compromisso de gasto dos recursos públicos, autorizados pelo Poder competente, com o fim de atender a uma necessidade da coletividade prevista no orçamento”. (<http://www.transparencia.gov.br/glossario>)

## **2.5 Restos a Pagar**

De acordo com a Lei nº 4.320/1964, os Restos a Pagar correspondem às despesas empenhadas, mas que não foram pagas até 31 de dezembro do exercício financeiro correspondente, por não ter havido a entrega, em tempo hábil, dos produtos adquiridos ou da prestação integral dos serviços.

No encerramento de cada exercício financeiro, essas despesas devem ser registradas contabilmente como obrigações a pagar do exercício seguinte (“resíduos passivos”); e serão financiadas à conta de recursos arrecadados durante o exercício financeiro em que ocorreu a emissão do empenho. (<http://portal.tcu.gov.br/>)

Portanto, Restos a Pagar, referem-se a dívidas resultantes de compromissos gerados em exercícios financeiros anteriores àquele em que deveria ocorrer o pagamento.

### **3- Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis**

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da União, tendo em consideração as opções e premissas do modelo PCASP.

#### *a) Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras*

A moeda funcional da União é o Real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

A única exceção se refere aos saldos iniciais de Caixa e Equivalentes de Caixa, no BF e na DFC, que utilizam a taxa vigente no dia 31 de dezembro do exercício anterior.

#### *b) Caixa e equivalentes de caixa*

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

#### *c) Créditos a Curto Prazo*

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) créditos não tributários; (ii) dívida ativa; (iii) transferências concedidas; (iv) empréstimos e financiamentos concedidos; (v) adiantamentos; e (vi) valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros. O ajuste para perdas, calculado com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber ainda não foram iniciados por todos os órgãos vinculados ao MEC.

#### *d) Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo*

São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do órgão. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

#### *e) Estoques*

Compreendem as mercadorias que compõe o almoxarifado. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção.

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado.

Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou

para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

*f) Ativo Realizável a Longo Prazo*

Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (i) créditos não tributários; (ii) dívida ativa; (iii) empréstimos e financiamentos concedidos; (iv) investimentos temporários; e (v) estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

A exceção se refere aos estoques, que são avaliados e mensurados da seguinte forma: (i) nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção; e (ii) nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para todos os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

*g) Investimentos*

São compostos por participações permanentes avaliadas pelo Método da Equivalência Patrimonial - MEP na entidade controladora (União) e pelo Método do Custo.

As participações permanentes representam os investimentos realizados pela União em empresas, consórcios públicos e fundos. Quando há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo MEP. Quando não há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método de custo, sendo reconhecidas as perdas prováveis apuradas em avaliações periódicas.

As propriedades para investimento compreendem os bens imóveis mantidos com fins de renda e/ou ganho de capital, que não são usados nas operações e que não serão vendidos em curto prazo. As entidades que compõem a União têm utilizado dois critérios para mensuração e avaliação desses bens: (i) valor justo; e (ii) custo depreciado. No âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais, não há essa categoria de investimentos.

*h) Imobilizado*

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

*i) Intangível*

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

*j) Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet*

O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

O cálculo referente à depreciação de Bens Imóveis de Uso Especial é realizada pela Secretaria de Patrimônio da União - SPU/MPOG, em atendimento à Instrução Normativa SPU nº 1, de 02.12.2014, que dispõe sobre as diretrizes de avaliação dos imóveis da União ou de seu interesse, bem como define os parâmetros técnicos de avaliação para cobrança em razão de sua utilização; e à Portaria Conjunta STN/SPU nº 703, de 10.12.2014, que dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias, e fundações públicas federais. É registrado no SIAFI pela CCONT/STN.

A Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014, dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados pelo SPIUnet.

O SPIUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. O sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que por sua vez é registrado no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN, para que seja contabilizado no SIAFI.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e



automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da acessão, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle e a depreciação será iniciada no mesmo dia que o bem for colocado em condições de uso.

O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação, o cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação:

$Kd = (n^2 - x^2) / n^2$ , onde:

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da acessão

x = vida útil transcorrida da acessão

A vida útil será definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

#### *l) Passivos Circulantes e Não Circulantes*

As obrigações do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Com exceção do resultado diferido (presente somente no passivo não circulante), os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) obrigações de repartições a outros entes; (vi) provisões; e (vii) demais obrigações.

#### *m) Provisões*

Provisões são obrigações presentes, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços, e que possuem prazo ou valor incerto.

As provisões estão segregadas em seis categorias: (i) riscos trabalhistas; (ii) riscos fiscais; (iii) riscos cíveis; (iv) repartição de créditos tributários; (v) provisões matemáticas; e (vi) outras.

As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável, e é possível a estimação confiável do seu valor. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis.

As provisões referentes às ações judiciais, nas quais a União figura diretamente no polo passivo, estão em conformidade com a Portaria AGU nº 40, de 10 de fevereiro de 2015, combinada com a Portaria Conjunta STN/PGF9, nº 8 de 30 de dezembro de 2015.

#### n) Ativos e Passivos Contingentes

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes, são registrados em contas de controle e evidenciados em notas explicativas. Ativo contingente é um ativo possível resultante de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não estão totalmente sob o controle da entidade.

#### o) Apuração do resultado

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

- I. Patrimonial;
- II. Orçamentário; e
- III. Financeiro.

##### (o.1) Resultado patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

#### (o.2) Resultado orçamentário

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas. O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

#### (o.3) Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União. No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

### **4 - Notas Explicativas ao Balanço Financeiro – BF**

De acordo com a Lei nº 4.320/1964, o Balanço Financeiro – BF evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

As tabelas seguintes apresentam os ingressos e os dispêndios ocorridos na data base de 31/12/2017. Verifica-se que as receitas orçamentárias tiveram um crescimento maior (17,17%) que as despesas orçamentárias (9,96%). Entretanto, os recebimentos extraorçamentários tiveram uma redução de 6,08%, enquanto que os desembolsos extraorçamentários tiveram uma redução de 14,59%.

#### **4.1 Ingressos financeiros**

Em 31/12/2017, o Balanço Financeiro do IFSULDEMINAS apresentou saldo de R\$ 379.211.496,73. O principal grupo constituinte do saldo dos ingressos financeiros é o grupo transferências financeiras recebidas, que representou 90,07% de todas as entradas financeiras. Esse valor se refere às transferências intra-governamentais repassadas ao IFSULDEMINAS pelo governo federal.

As receitas próprias compreendem as receitas arrecadadas diretamente pelos órgãos decorrentes do seu esforço institucional. Incluem prestação de serviços; inscrições em cursos; cessão de espaço físico, comercialização de hortifrutigranjeiros; doces, queijos etc.

**Tabela 1 – Total dos Ingressos**

<b>INGRESSOS</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>AH(%)</b>
Receitas Orçamentarias	R\$ 4.598.136,32	R\$ 3.924.211,71	17,17
Transferências financeiras Recebidas	R\$ 341.562.622,26	R\$ 317.794.189,36	7,47
Recebimentos Extraorçamentários	R\$ 27.541.325,73	R\$ 29.326.094,72	-6,08
Saldo do Exercício Anterior: Caixa e Equivalentes de Caixa	R\$ 5.509.412,42	R\$ 7.005.212,19	-21,35
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 379.211.496,73</b>	<b>R\$ 358.049.707,98</b>	<b>5,91</b>

Fonte SIAFI, 2016 E 2017.

#### 4.2 Dispêndios financeiros

Os dispêndios financeiros são constituídos, essencialmente, pelas Despesas Orçamentárias. Dos R\$ 379.211.496,73 de dispêndios financeiros, 75,20% se referem às despesas orçamentárias. Essas despesas se subdividem em dispêndios ordinários e dispêndios vinculados e são executados conforme determinação da Lei Orçamentária Anual. Os dispêndios vinculados representam 70,76% das despesas orçamentárias e se referem, principalmente, a gastos com a manutenção do ensino (inclusive pagamento de pessoal) e com seguridade social.

**Tabela 2 – Total dos Dispêndios**

<b>DISPÊNDIOS</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>AH(%)</b>
Despesas Orçamentarias	R\$ 285.147.982,04	R\$ 259.301.134,56	9,96
Transferências financeiras concedidas	R\$ 56.276.017,47	R\$ 57.747.871,10	-2,54
Despesas Extraorçamentárias	R\$ 30.311.579,89	R\$ 35.491.289,90	-14,59
Saldo para o Exercício Seguinte: Caixa e Equivalentes de Caixa	R\$ 7.475.920,33	R\$ 5.509.412,42	35,69
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 379.211.496,73</b>	<b>R\$ 358.049.707,98</b>	<b>5,91</b>

#### 4.3 Recebimentos extraorçamentários

Os recebimentos extraorçamentários representam 7,26% do total dos ingressos financeiros.

Referente a Inscrição de RPNP: compreende o saldo de crédito empenhado a liquidar do exercício em atendimento ao Art. 103 (Lei nº 4.320/1964), que dispõe que “Os restos a pagar do exercício serão computados na receita extraorçamentária para compensar sua inclusão na despesa orçamentária”, pois “pertencem ao exercício financeiro as despesas nele legalmente empenhadas”, nos termos do (Art. 35, II, Lei nº 4.320/1964).

#### 4.4 Despesas extraorçamentárias

Do total inscrito em restos a pagar cerca de 78,34% foram pagos até o período analisado.

Entretanto, os recebimentos extraorçamentários tiveram uma redução de 6,08%, os desembolsos

extraorçamentários tiveram uma redução de 14,59%.

#### **4.5 - Resultado Financeiro**

O resultado financeiro no quarto trimestre de 2017 foi superavitário em R\$ 1.966.507,91 milhões e sua formação é detalhada na tabela apresentada na sequência, comparando ao mesmo período de 2016.

**Tabela 3 – Resultado Financeiro – Metodologia 1**

<b>(+)INGRESSOS</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Receitas Orçamentárias	R\$ 4.598.136,32	R\$ 3.924.211,71
Transferências Financeiras Recebidas	R\$ 341.562.622,26	R\$ 317.794.189,36
Recebimentos Extraorçamentários	R\$ 27.541.325,73	R\$ 29.326.094,72
<b>(-)DISPÊNDIOS</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Despesas Orçamentárias	R\$ 285.147.982,04	R\$ 259.301.134,56
Transferências Financeiras Concedidas	R\$ 56.276.017,47	R\$ 57.747.871,10
Despesas Extraorçamentárias	R\$ 30.311.579,89	R\$ 35.491.289,90
<b>(=)Resultado Financeiro</b>	<b>R\$ 1.966.507,91</b>	<b>(R\$ 1.495.799,77)</b>

Fonte SIAFI, 2016 E 2017.

No fluxo de caixa das atividades operacionais os ingressos foram maiores que os desembolsos. Dentre os ingressos o maior valor é originário das transferências financeiras recebidas do MEC, que somam R\$ 341.562.622,26, e que correspondem a 98,59% dos ingressos.

Em relação aos desembolsos os maiores valores foram despesas com pessoal e encargos, que somam R\$ 174.401.637,38 e representam 60,64% do valor total de desembolso.

Verifica-se que os itens de maior representatividade monetária registrada no BF se referem às Transferências Financeiras (Recebidas e Concedidas), no total de R\$ 341.565.622,26 e R\$ 56.276.014,47, respectivamente.

As Transferências Financeiras – Resultantes da Execução Orçamentária, são compostas, em sua grande maioria, pelas rubricas: a) cota; b) repasse; e c) sub-repasse. Elas representam a disponibilidade financeira correspondente aos recursos orçamentários (créditos orçamentários) aprovados pela LOA, movimentados da seguinte forma: (mesma sistemática para as concessões)

a) Recursos financeiros recebidos pelo MEC: cota;

b) Recursos financeiros recebidos pelas universidades, institutos e outros do MEC: repasse;

c) Recursos financeiros recebidos pelas unidades gestoras e *campi* de cada universidade ou instituto: sub-repasse.

Para compreender melhor as informações relacionadas às transferências financeiras, devemos nos reportar ao BO. Conforme mencionado nas Notas Explicativas do BO que trata do Resultado Orçamentário, os créditos orçamentários movimentados pelos órgãos durante o exercício, não são mais demonstrados na coluna da “Previsão Atualizada” da Receita, mas na coluna das “Despesas Empenhadas”, à medida que são executados

(empenhados) e pagos. As colunas de "Previsão Inicial" e "Previsão Atualizada" da Receita contêm os valores correspondentes às receitas próprias ou aos decorrentes de recursos vinculados a despesas específicas, fundo ou órgão.

As Transferências Financeiras – Independentes da Execução Orçamentária – são compostas, em sua grande maioria, para pagamento de Restos a Pagar. Esse item possui essa denominação por não se referirem à execução dos recursos do orçamento relativo ao exercício corrente, mas à execução de orçamento em exercícios anteriores.

Verifica-se que foram transferidos recursos financeiros, pelo MEC, para Pagamento de RP, o montante de R\$ 45.356.249,83.

**Tabela 5 – Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas – Composição**

<b>TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS</b>	<b>2017</b>	<b>AV</b>	<b>TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS</b>	<b>2017</b>	<b>AV</b>
<b>Resultantes da Execução Orçamentária</b>	<b>R\$ 294.236.439,64</b>		<b>Resultantes da Execução Orçamentária</b>	<b>R\$ 39.629.820,03</b>	
Conta Recebida			Repassé concedido	R\$ 26.132,87	0,05
Repassé Recebido	R\$ 254.632.752,48	74,55	Sub-repassé Concedido	R\$ 39.603.687,16	70,37
Sub-repassé Recebido	R\$ 39.603.687,16	11,59	Cota Devolvida		
Repassé Devolvido			Repassé Devolvido		
Sub-repassé Devolvido			Sub-repassé Devolvido		
<b>Independentes da Execução Orçamentária</b>	<b>R\$ 47.326.182,62</b>		<b>Independentes da Execução Orçamentária</b>	<b>R\$ 16.646.194,44</b>	
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	R\$ 45.356.249,83	13,28	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	R\$ 16.133.028,15	28,67
Demais Transferências Recebidas	R\$ 1.969.932,79	0,58	Demais Transferências concedidas		
Movimentação de Saldos Patrimoniais			Movimento de Saldos Patrimoniais	R\$ 513.166,29	0,91
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 341.565.622,26</b>	<b>100</b>		<b>56.276.014,47</b>	<b>100</b>

Fonte SIAFI, 2017.